

Senado proíbe corte de verbas para segurança

14 FEV 2007

AGÊNCIA BRASIL

BRASÍLIA

O Senado aprovou ontem projeto de lei que obriga o governo federal a executar integralmente os recursos orçamentários para investimentos em segurança pública. O substitutivo apresentado pelo senador Demóstenes Torres (PFL-GO), que recebeu o apoio unânime dos partidos, inclusive da liderança do governo, prevê apenas três hipóteses nas quais o presidente da República poderá contingenciar recursos do orçamento para segurança: em caso de calamidade pública de grande extensão, redução das receitas previstas e na impossibilidade da execução dessas despesas.

Mesmo diante de uma destas três possibilidades, o presidente terá que submeter o pedido de autorização ao Congresso Nacional com a apresentação de estudos técnicos demonstrando a inviabilidade de execução do orçamento previsto.

O presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), defendeu que o debate sobre segurança pública tem que ser permanente e não pontual — estimulado, por exemplo, por episódios de violência como a

tragédia ocorrida na semana passada com o menino carioca João Hélio, de sete anos de idade, no Rio de Janeiro (RJ).

A líder do PT, Ideli Salvatti (SC), disse que o momento exige providências e o cumprimento do orçamento aprovado pelo Congresso para a segurança pública pode ser um bom instrumento para combater a violência. O líder do PFL, José Agripino Maia (RN), ressaltou que “garantir recursos para a segurança pública é fundamental”.

O presidente da Câmara, deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP), rebateu ontem as críticas de que o Congresso só discute a questão da segurança pública depois que acontece um crime de grande repercussão nacional. “Não há necessidade de acontecer nenhum caso novo para ser retomada a discussão sobre a violência. É uma crítica precipitada, mas respeitamos essa opinião”, disse.

Chinaglia informou que as matérias relativas à segurança pública serão prioritárias na Câmara, mas que precisam ser debatidas antes de votadas. “O debate da segurança pública não vai parar na Câmara”, disse.